

# UM ESTUDO TOPONÍMICO DAS CIDADES DAS TRILHAS DA BANDEIRA: MARIANA, OURO PRETO E SUAS HISTÓRIAS DE FÉ

Luciene Maria Braga \*

## Resumo

Neste artigo, investiga-se a motivação dos nomes das principais igrejas de Mariana e Ouro Preto com o objetivo de conhecer a influência desses nomes no processo denominativo dos bairros, vilas, ruas, praças e outros da comunidade local. Acredita-se, pois, que é através da observação de aspectos sócio-culturais e linguísticos que se percebe o espírito coletivo da comunidade nomeadora e sua concepção de mundo.

\* CAPES /  
Universidade  
Federal de  
Uberlândia

**Palavras-chave:** Linguística, Léxico, Onomástica, Toponímia.

## Introdução

Este estudo pretende desenvolver uma reflexão em torno das denominações toponímicas de natureza religiosa a partir dos nomes das principais igrejas das cidades mineiras de Mariana e Ouro Preto. De acordo com o modelo taxonômico proposto por Dick (1990a) e utilizado por Seabra (2004), os topônimos de natureza religiosa relativos aos santos e santas do hagiológico romano, os *hagiotopônimos*, são apresentados como uma subdivisão dos *hierotopônimos*, topônimos relativos aos nomes sagrados de diferentes crenças: cristã, hebraica, maometana, e outros.

Assim sendo, na seção 2 serão apresentadas algumas considerações a respeito da Toponímia, enquanto disciplina que estuda a inter-relação existente entre língua, cultura e sociedade. A seção 3 é constituída a partir da exposição de alguns dados históricos relativos à origem e fundação das duas localidades. Na seção seguinte, tem-se uma reflexão acerca da presença da religiosidade na Região do Carmo, onde se deu o início da povoação em Minas Gerais. Nessa reflexão, serão apresentadas algumas informações a respeito da devoção à Maria e da forte influência que as associações religiosas exerceram na sociedade da época.

A partir dessas observações, desenvolve-se, na seção 5, a reflexão toponímica propriamente dita em que são

apresentados os nomes das principais igrejas e dos logradouros das duas localidades que possuem a mesma invocação. Essa reflexão tem como propósito conhecer os fatores que atuaram nesse processo denominativo.

E finalmente, na última seção, são feitas as considerações finais acerca do estudo desenvolvido.

## Pressupostos teóricos

Desenvolver um estudo toponímico não significa apenas empreender uma análise linguística dos topônimos de determinada região, significa também investigar os seus aspectos sócio-culturais, econômicos, políticos e religiosos. Isso se explica pelo fato de as denominações toponímicas serem frutos da atividade humana e, por esse motivo, trazem marcas da organização sócio-cultural dos núcleos humanos que a povoaram ou a povoam.

De acordo com Boas (1911/1963, p. 143) *apud* Duranti (2000, p. 49) a cultura pode ser definida como a totalidade de reações e atividades físicas e/ou mentais que caracterizam a conduta dos indivíduos que compõem um grupo social, tanto em sua relação coletiva ou individual com o meio natural a que pertencem, com outros grupos, com os outros membros do próprio grupo ou consigo mesmo bem como com o produto destas atividades e o papel que desempenham na sociedade em que vivem.



Partindo do pressuposto de que a língua constitui parte da cultura de uma sociedade, observa-se que “é através do sistema linguístico, mais especificamente de seu léxico, que os indivíduos se expressam e expressam seus valores, construindo a sua história, faz-se, pois, necessário estudar língua inserida na cultura.” (SEABRA, 2004, p. 28-29). Entenda-se por cultura, então, de acordo com Duranti (2000), um conjunto de valores culturais e, conseqüentemente, linguísticos partilhados por grupos humanos organizados socialmente em uma comunidade.

Assim, ao estudar aspectos linguísticos de uma dada comunidade, é indispensável conceber o léxico como reflexo da inter-relação existente entre língua, cultura e sociedade. Dessa maneira, o léxico constitui o patrimônio cultural de uma comunidade que, transmitido de geração para geração, permite ao homem expressar os sentimentos e idéias de determinada época. Isso pode ser percebido, dentre outras formas, pela nomeação dos acidentes geográficos físicos: rio, lago, morro, montanha, e outros, ou humanos: vila, povoado, cidade, capela, rodovia, ponte, e outros. Desse modo, de acordo com Dick (1990a), através do nome próprio de lugar, o *topônimo*, é evidenciada a dimensão social da língua como reflexo dos valores culturais de um povo.

### **Mariana e Ouro Preto: breve histórico**

De acordo com Vilalta (1998), os primeiros núcleos povoados em Minas Gerais surgiram espontaneamente às margens dos cursos d'água, onde a procura pelo ouro era incessante:

Em Minas Gerais, os aventureiros precederam às instituições administrativas e eclesiásticas, desbravando o território, construindo os rudimentos da vida social e urbana. Os bandeirantes, na medida em que penetravam pelas Alterosas, iam erigindo os arraiais, fixando cruces e altares. As primeiras aglomerações foram, assim, semeando-se “espontaneamente” – isto é, sem que houvesse controle das autoridades – à meia encosta dos terrenos, acompanhando os trabalhos da mineração. Nasceram junto aos cursos d'água, perto dos

locais onde as casas se revelavam mais promissoras, a princípio com caráter temporário, sob o signo de provisório. Construídas com desleixo, concebidas como locais de passagem, as povoações ampliaram-se aos poucos, acompanhando os progressos da extração aurífera (...). Com isso, os arraiais cresceram longitudinalmente, de forma centrífuga; os caminhos que os ligavam transformaram-se em ruas, formando, assim, conglomerados maiores, bases sobre as quais se erigiram as vilas. (VILALTA, 1998 p. 69)

Banhadas pelo rio Carmo, as cidades de Mariana e Ouro Preto se encontram nas trilhas das bandeiras e estão entre os primeiros núcleos a serem povoados em Minas Gerais no final do século XVII e início do século XVIII, onde, como já mostraram estudos anteriores, é forte a influência dos portugueses. A seguir, são apresentadas, cronologicamente, algumas informações relativas à origem dessas localidades.

Foram os paulistas Salvador Fernandes Furtado de Mendonça e Bartolomeu Bueno que lideraram as bandeiras em busca de metais preciosos e, em 16 de julho de 1696, ergueram uma cabana às margens do Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo, onde fizeram as primeiras descobertas de ouro. Iniciou-se, assim, a povoação da região onde é hoje, Mariana.

A fundação do povoado ocorreu em 8 de abril de 1711 e teve como nome inicial *Villa do Ribeyrão de Nossa Senhora do Carmo* e depois de *Vila do Carmo*. Assim, Mariana foi a primeira vila de Minas Gerais.

Com o crescimento e desenvolvimento gerado pela atividade mineradora, Mariana foi elevada à categoria de cidade no dia 23 de abril de 1745 e recebeu o seu nome atual. Nessa época, a cidade já assumia a posição de sede do primeiro bispado de Minas Gerais trazendo Dom Frei Manoel da Cruz, que viajou por quase um ano do Maranhão até chegar a Mariana.

De acordo com Dick & Seabra (2002, p. 83), no mesmo período em que se deu a povoação em Mariana, outro bandeirante de Taubaté, Antônio Dias, achava as primeiras minas nas margens do Tripuí. O padre João de Faria e os paulistas Tomás Lopes de





Camargo – O Anhanguera – percorreram também toda aquela região, descobrindo inúmeras jazidas de ouro, das quais se extraía, em grande quantidade, ouro de uma coloração negra, que chamaram de ouro preto. Devido à coloração do metal encontrado, deram à serra o nome de *Serra de Ouro Preto*. Ergue-se, ao pé dessa serra, logo em seguida, uma cidade do mesmo nome, que se tornou rapidamente o centro de Minas Gerais.

Dessa forma, em 8 de julho de 1711, foi conferido a Ouro Preto estatuto de vila, com o nome de *Villa Rica de Ouro Preto*, com o propósito de que se instalasse um regime regular e que os impostos fossem regulamentados. Posteriormente, com o crescimento da “Vila” e com o aumento da população do novo território, o governo da metrópole elevou, por provisão de 2 de dezembro de 1720, a Capitania subalterna de Minas à condição de capitania geral, independente de São Paulo, com *Villa Rica* como capital. Em 1822, quando aconteceu a independência do Brasil, *Villa Rica* passou a ser cidade e com o antigo nome de Ouro Preto, tornou capital da província de Minas Gerais, sob a denominação de *Imperial Cidade de Ouro Preto*.

Com o decorrer do tempo, devido à proximidade dos prósperos centros mineradores de Vila Rica e Vila de Nossa Senhora do Carmo – atuais Ouro Preto e Mariana – a prosperidade chega à região, e foram sendo instalados ranchos, fazendas, capelas e pousos de onde nasceram vários outros povoados além do arraial originário e que atualmente ainda compõem sua unidade.

### **A presença da religiosidade na Região do Carmo**

De acordo com Barbosa (1979), os portugueses que vieram povoar o Brasil eram originários de várias províncias de Portugal: Minho, Beira-Alta, Estremadura, Alentejo, e outros. Havia gente do Norte, do Sul, do Centro, entretanto, um sentimento comum a todos unia: muita religiosidade.

Foi esse espírito de religiosidade que os portugueses, de modo geral, transplantaram

para os primeiros núcleos povoados em Minas Gerais. Assim, cada família recém-chegada ao Brasil tinha seu oratório, com a imagem do santo ou da santa, a quem dirigia suas preces. Exemplo disso é a forte presença da devoção à Maria, não só na Região do Carmo, mas em todo o território mineiro, trazida para Minas Gerais pelos portugueses como uma devoção firme a Nossa Senhora, nos seus mais variados títulos, sobressaindo o de Nossa Senhora da Conceição que era a padroeira dos reinos e senhorios portugueses, desde 1646. Para que se tenha uma idéia do caráter oficial desse culto, recorda-se que, para celebrar a batalha de Aljubarrota, D. João I construiu o Mosteiro de Nossa Senhora das Vitórias, o famoso Mosteiro da Batalha, uma das obras primas da arte da península ibérica.

Era uma velha tradição portuguesa, em respeito e veneração à Dona Maria I, rainha de Portugal<sup>1</sup>, que se tornaria frequente em Minas Gerais com o advento da casa de Bragança, num culto explícito da Imaculada Conceição e que se revelaria na profusão de santuários mariais, algumas das mais poéticas inspirações – Nossa Senhora Mãe dos Homens (Caraça), Nossa Senhora da Boa Viagem (Belo Horizonte), e outros. De acordo com Barbosa (1979), no *Dicionário Histórico – Geográfico de Minas Gerais*, podem ser relacionadas cerca de 180 localidades mineiras que tiveram sua denominação primitiva de Nossa Senhora, sob os mais variados títulos, sobressaindo o de Nossa Senhora da Conceição.

A respeito da influência dessa tradição na Região do Carmo, observa-se que, logo no início, “o descobridor de ouro no Ribeirão do Carmo, ali levantou capela rústica, coberta de capim, onde colocou a imagem de sua devoção, a de N. S<sup>a</sup>. do Carmo, que deu nome ao arraial e ao ribeirão.” (BARBOSA, 1979, p. 387)

Ainda dentro do quadro da ação da Igreja na região aqui estudada, há a necessidade de se conhecer a importância das associações religiosas, sobretudo, das irmandades que, ao atuarem no surgimento dos primeiros núcleos

<sup>1</sup>A clemência real, em suma, manifestou-se num verdadeiro *en coup de théâtre*, constituindo-se como uma encenação que buscava restabelecer a ordem maculada pela Sedição, reiterando o caráter sacro da monarquia e, sobretudo, a associação da rainha, dona Maria I, à imagem de Mãe – “Resplandece nesta clementíssima providência o inato amor que consagra a Soberana aos seus vassallos, qual o termo de mãe para seus filhos” – e à figura de Nossa Senhora. Era Maria I, a soberana, sendo apresentada como mãe dos povos, encarnação lusitana da Mãe de deus. Esta “Mãe Piedosa”(…)(VILALTA, 1998, p.70)



populacionais, por meio de oragos<sup>2</sup>, deixaram marcas na toponímia dessa região.

Segundo Campos (1998), além das ordens primeiras (monges) e segundas (freiras), havia também as associações religiosas constituídas pelo homem comum como as ordens terceiras – as de São Francisco e Nossa Senhora do Carmo – e as irmandades. Nas ordens terceiras reuniam-se os devotos, casados ou solteiros, geralmente com posses, que desejavam seguir a regra franciscana ou carmelita sem fazer votos de castidade e de clausura. As irmandades, por sua vez, eram associações religiosas em que homens comuns se agrupavam, unidos pela mesma devoção. Esses devotos elaboravam um estatuto ou um livro de compromisso, que devia ser confirmado pela Coroa portuguesa. Nele, registravam-se os deveres e os direitos dos irmãos.

Como se sabe, cada povoado que se constituía tinha templo próprio. Embora, simples em sua arquitetura, as primitivas capelas foram o núcleo e o eixo vital dos arraiais, e delas emanaram as normas de comportamento para as pequenas comunidades, pois, por ser elemento catalisador, desde o início, as irmandades necessitavam de bases mais sólidas.

Assim, ao empreenderem a construção das Igrejas, em pontos estratégicos das cidades, no alto dos morros, e incumbirem-se de sua manutenção, as irmandades vieram a marcar no espaço urbano a estratificação social que estava na sua origem, tornando a paisagem alvo de polarização social. Mais do que a estratificação social, tais construções assinalaram no cenário das vilas, o lugar que os grupos sociais presumiam ocupar na sociedade. Observa-se ainda, que os devotos tendiam a se unir conforme um critério racial e econômico, como, por exemplo:

- *irmandades de padres*: São Pedro dos clérigos
- *irmandades de brancos ricos*: Santíssimo Sacramento, Nossa Senhora da Conceição, do Pilar, de Nazaré, São Miguel e Almas, Senhor dos Passos (militares), Santo Antônio, e outros.

• *irmandades de Mulatos*: Nossa Senhora das Mercês, do Amparo, da Boa Morte, São José (artífices em geral) Santa Cecília (músicos), São Francisco de Paula, Senhor Bom Jesus de Matosinhos

• *irmandades de escravos e brancos pobres*: Nossa senhora do Rosário dos Pretos.

Nessa medida, é interessante notar que, em Minas Gerais, as irmandades, enquanto entidades coletivas, traziam, em seu bojo, acentuado individualismo, isto é, podiam ser entendidas também como um catalisador de individualidades atemorizadas pela morte e pela doença e ávidas por um espaço político. Para essas associações convergiram todas as espécies de sentimentos e aspirações. As relações comunitárias faziam-se na medida exata da identificação entre os que dela participavam. Simultaneamente, integravam os indivíduos e valorizavam seus anseios de libertação, passando, assim, a ser também o canal de manifestação de seus membros, o veículo de suas queixas, o palco de suas discussões. Isto se dá, particularmente, em relação às irmandades de negros, únicas instituições nas quais o homem de cor podia exercer, dentro da legalidade, o seu papel social.

Em síntese, as irmandades funcionaram como agentes de solidariedade grupal, congregando, simultaneamente, anseios comuns frente à religião e perplexidades frente à realidade social.

### A hagiotoponímia na Região do Carmo

A presença da religiosidade em Minas Gerais é algo marcante e que pode ser observada, dentre outras formas, pela toponímia, sobretudo nos primeiros núcleos a serem povoados e que se encontram no caminho dos bandeirantes como é o caso de Mariana e Ouro Preto, onde havia muitos padres de famílias vindas de Portugal.

A toponímia na trilha das bandeiras documenta a presença desses religiosos: se o comando era de carmelitas, os núcleos

<sup>2</sup> Entenda por orago, de acordo com o AURÉLIO séc. XXI:

[Do lat. oraculu, 'oráculo (1)', 'templo onde se dão oráculos', pela f. arc. oragoo.] S. m.

O santo da invocação que dá o nome a uma capela ou templo: "Uma vez, pregava de S. Martinho, o orago da freguesia" (Camilo Castelo Branco, Serões de S. Miguel de Ceide, III, p. 69).





habitacionais que surgiam perpetuavam a lembrança do orago de Nossa Senhora do Carmo; se o comando era de franciscanos, no de São Francisco, e assim com outras ordens da mesma maneira, os oragos marcam sua passagem. Lá onde o povoado é novo, o nome religioso o inaugura, se havia uma designação indígena o novo nome religioso a substitui. (MEGALE, 2002, p. 22)

Desse modo, as associações religiosas exerceram e exercem, ainda hoje, grande influência na escolha das denominações toponímicas dessa região. Isso pode ser percebido pelos inúmeros locais de culto por elas construídos que, por sua vez, serviram, ao longo dos anos, de inspiração para a nomeação de acidentes geográficos físicos e humanos. Destaque maior é dado aqui ao acidentes humanos – bairros, vilas, ruas, praças, e outros. – de Mariana e Ouro Preto.

Para ilustrar o que foi dito, encontram-se relacionados, a seguir, os nomes das principais igrejas das duas localidades, bem como as denominações referentes aos seus bairros, vilas, ruas e praças.<sup>3</sup>

### As igrejas:

#### Igrejas de Mariana

- Igreja da Sé – Catedral de Nossa Senhora da Assunção-Matriz da Conceição da Vila do Carmo.
- Igreja de São Francisco de Assis
- Igreja de Nossa Senhora do Carmo
- Igreja de Nossa Senhora do Rosário
- Igreja de Nossa Senhora das Mercês
- Igreja do São Pedro dos Clérigos

#### Igrejas de Ouro Preto

- Igreja de Nossa Senhora da Conceição
- Igreja de Nossa Senhora do Rosário
- Igreja de Nossa Senhora do Pilar
- Igreja de Nossa Senhora das Mercês e Perdões
- Igreja de Santa Efigênia
- Igreja de São Francisco de Assis
- Igreja de São Francisco de Paula

- Igreja de Nossa Senhora das Mercês e Misericórdia
- Igreja de Nossa Senhora do Carmo
- Igreja de Nossa Senhora das Dores
- Igreja de São José

### Os logradouros

#### Em Mariana

- Bairro do Rosário
- Bairro São José
- Bairro São Pedro
- Vila do Carmo
- Bairro Rosário Novo
- Rua Rosário Velho
- Rua Mercês
- Rua São Francisco de Assis
- Rua Santa Efigênia
- Avenida Nossa Senhora do Carmo
- Praça do Rosário
- Travessa São Francisco

#### Em Ouro Preto

- Bairro Nossa Senhora do Carmo
- Bairro Pilar
- Bairro Rosário
- Vila São José
- Rua Pilar
- Rua Conceição
- Rua Mercês
- Rua Santa Efigênia
- Rua São Francisco de Assis
- Rua São José
- Rua São Pedro
- Largo do Rosário

### A motivação hagiotoponímica: uma mera aparência religioso-devocional

Nesse sentido, verifica-se que há influência da religiosidade na toponímia da Região do Carmo, mas, de acordo com Seabra (2004, p. 311), que analisou 210 topônimos da Região do Carmo, embora essa região seja conhecida por ocupar um lugar de destaque no cenário religioso do país, com presença marcante da Igreja, a sua toponímia revela pouca influência do catolicismo, não evidenciando a sua importância. No entanto, a autora afirma que, apesar dessa constatação, o fortalecimento da fé cristã se impõe pela ausência de *astropotopônimos*,

<sup>3</sup> As informações a respeito dessas denominações foram obtidas através da análise de catálogo de endereços dessas cidades e confirmadas nas respectivas prefeituras.



*meteorotopônimos* e *mitotopônimos*. Isso se confirma quando se analisa também os nomes dos bairros, ruas, vilas e praças das cidades de Mariana e Ouro Preto.

Percebe-se, apesar de não estarem relacionadas aqui todas as denominações toponímicas das cidades mencionadas, que a presença de *hagiotopônimos* é relativamente pequena, se comparada à quantidade de *antropotopônimos*. Talvez isso se deva ao fato de que, assim como nas outras atividades sociais da época, nas manifestações religiosas prevalecia o caráter exteriorista, isto é, preocupavam-se, antes, com as aparências e, conseqüentemente, com a posição social do que com a fé propriamente dita.

A religiosidade dos mineiros era igualmente prisioneira das aparências. Manifestavam uma religiosidade exteriorista, que privilegiava os aspectos sensitivos (procissões, romarias, culto aos santos e construção de Igrejas) em detrimento da fé, de qualquer esforço de razão para a compreensão dos dogmas e princípios morais cristãos ou de prospecções profundas. Era o profano poder do Estado a triunfar (e a querer triunfar) sobre o sagrado – e também sobre os propósitos sociais profanos subjacentes à edificação dos templos das Irmandades. (VILALTA, 1998, p. 69)

A sociedade mineradora do final do século XVIII apropriava-se, assim, do espaço que se tornava, em decorrência disso, o palco de ritualização das hierarquias e das rivalidades existente entre as diferentes classes sociais. Era frequente, então, também na ocupação da paisagem, o recurso de aparentar ser o que não era, na tentativa de exibir o que se presumia de si. Na vivência cotidiana da religião e da moralidade e na ação das Irmandades edificando templos suntuosos, o aparentar e o ostentar encontravam-se presentes. Nesse sentido, os templos das irmandades, embora erigidas em nomes de santos e da igreja católica, glorificavam e fincavam no espaço, sobretudo, as posições hierárquicas e a imagem que aqueles que as construíram faziam de si, até mesmo os mais desfavorecidos.

Isso significa que as causas determinantes da escolha de determinado

topônimo religioso se prendem ao homem, às manifestações de seu espírito, o que justifica o fato de que, em muitos casos, na tessitura onomástica brasileira, não é a expressão da devoção religiosa que prevalece em primeiro plano. Há que se acrescentar ainda, que muitos dos topônimos classificados como *hagiotopônimos*, na verdade foram empregados em homenagem a alguém importante da região ou da história, o que “isso dificulta a classificação terminológica, ou tipológica, pois empresta ao topônimo uma aparência religioso-devocional que nem sempre corresponde à realidade fáctica” (DICK, 1990b, p.109). Veja-se por exemplo a informação a respeito da motivação do topônimo Mariana, que para alguns habitantes da cidade se deu em homenagem Virgem Maria e Nossa Senhora de Sant’Anna, respectivamente, mãe e avó de Jesus:

No ano seguinte, uma nova Bandeira parte do Estado de São Paulo, tendo à sua frente o taubetano Salvador Fernandes Furtado que descobre, juntamente com Carlos Pedroso da Silveira e Bartolomeu Bueno, riquíssimas jazidas de ouro no ribeirão de Nossa Senhora do **Carmo**, erguendo em 16 de julho de 1696, uma cabana próxima às suas margens. Em seguida, com a chegada de exploradores nessas paragens, formou-se um centro populoso, considerável o suficiente para que se lançassem os primeiros fundamentos de uma vila que recebeu, em 8 de abril de 1711, o nome de **Villa do Ribeyrão de Nossa Senhora do Carmo**, depois **Vila do Carmo** e que, pela Carta Régia de 23 de abril de 1745, foi elevada à cidade, com o nome de **Mariana**, em homenagem à rainha D. Mariana da Áustria, esposa de Dom João V, quando da criação de um bispado em Minas. (DICK & SEABRA, 2002, p. 83)

Nesse sentido, como as circunstâncias locais pouco interferem na escolha dos topônimos, nesses casos, a motivação *hagiotoponímica*, muitas vezes, centra-se na figura do proprietário do lugar a ser nomeado ou em seu desejo de homenagear uma figura ilustre.





### Considerações finais

Não se pretendeu, com este estudo, fazer afirmações categóricas a respeito dos fatos que envolvem a motivação dos topônimos de natureza religiosa aqui apresentados. Tratou-se apenas de uma breve reflexão desse assunto, em que a intenção primeira era evidenciar a relação de interdependência entre língua, cultura e sociedade através da correlação de aspectos linguísticos e sócio-culturais das comunidades analisadas.

Percebeu-se, entretanto, que a nomeação dos lugares se dá a partir de

escolhas lexicais que refletem a organização sócio-política e econômica da época e que, em decorrência disso, nem sempre a motivação hagiotoponímica revelou uma aparência religioso-devocional nas cidades de Mariana e Ouro Preto.

Acreditando que novas pesquisas sobre o assunto devem ser desenvolvidas, espera-se que esta tenha atingido o seu objetivo maior que era o de contribuir para os estudos toponímicos do estado de Minas Gerais.

## **A TOPONYMIC STUDY ABOUT THE CITIES THE TRACKS OF FLAGS: MARIANA, OURO PRETO AND THEIR STORIES OF FAITH**

### ABSTRACT

*This article aims to investigate the name motivation of the main Catholic Churches in Mariana and Ouro Preto, cities of Minas Gerais. It also intends to know the reasons which influenced in the process of naming the neighborhoods, villages, streets and squares. One believes, however, that through the observation of the sociocultural and linguistics aspects can perceive how the community manifests its culture.*

**Keywords:** *Linguistics, Lexicon, Onomastic, Toponymy.*

Artigo submetido para publicação em: 31/05/2010

Aceito em: 24/08/2010

### REFERÊNCIAS

- BARBOSA, W. A. (1979). **História de Minas: formação histórica**. Belo Horizonte: Editora Comunicação, p. 384-415.
- BOSCHI, C. C. (1986). **Os leigos e o poder**. São Paulo: Ática, p. 71-167.
- CAMPOS, A. A. (1998). **Cultura barroca e manifestações do Rococó nas Gerais**. Ouro Preto: FAOP/BID.
- DICK, M.V. P. A (1990a). **A Motivação Toponímica e a Realidade Brasileira**. São Paulo: Edições Arquivo do Estado.
- \_\_\_\_\_ (1990b). **Toponímia e Antroponímia no Brasil. Coletânea de Estudos**. 2. ed. São Paulo. Edições do Arquivo do Estado de São Paulo.
- \_\_\_\_\_ (2006). **Fundamentos Teóricos da Toponímia**. Estudo de caso: o Projeto ATEMIG – Atlas Toponímico do estado de Minas Gerais (variante regional do Atlas Toponímico do Brasil). In: SEABRA, M.C.T.C. (org.) (2006). **O léxico em estudo**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras/UFMG. p. 91-117
- DICK, M. V. P. A., SEABRA, M.C.T.C. (2002). **Caminho das Águas, Povos dos Rios: Uma Visão Etnolingüística da Toponímia Brasileira**. In: Anais do V Congresso Nacional de Lingüística e Filologia. Rio de Janeiro: v.5, UERJ, p.64-91.
- DURANTI, A. (2000). **Linguistic Antropology**. 2. ed. Cambridge University Press: New York.
- FERREIRA, A. B. **Dicionário eletrônico de língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, Versão 3.0.





- MEGALE, H. (2000). Bandeira e bandeirantes. In: **Filologia Bandeirante**. Estudos 1. São Paulo, Humanitas, p.15-48.
- PRADO MENDES, S. T. (2000). **Que língua falavam os bandeirantes na região das Minas Gerais?** In: *Filologia Bandeirante*. Estudos 1. São Paulo, Humanitas, p. 65-76.
- SEABRA, M.C.T.C. (2004). **A Formação e a fixação da língua portuguesa em Minas Gerais: a toponímia da Região do Carmo**. Tese (Doutorado em Estudos Lingüísticos) – Faculdade de Letras, UFMG, Belo Horizonte.
- \_\_\_\_\_ (2000). **A rota das bandeiras no Estado de Minas Gerais: a região do Carmo**. In: *Filologia Bandeirante*. Estudos 1. São Paulo, Humanitas, p. 107-112.
- TRINDADE, C. R. (1944). **Titulares de Igrejas e Patronos de Lugares**. Ponte Nova-Minas: Editora: Est. Graf. GUTEMBERG.
- VILLALTA, L. C. (1988). **O Cenário Urbano em Minas Gerais Setecentista: Outeiros do Sagrado e do Profano**. In: Termo de Mariana - História e Documentação. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP.

